

consequência: é mistar que o consumidor a ele se resigna, e haja procura. O interesse próprio da empresa aconselha que seja moderada.

Em 2.º lugar, exacto não é que o governo esteja desarmado para coibir excessos, quando se verificarem. Que lhe não faltam meios, prova-o a recente novação do contrato primitivo, com redução notável dos preços.

3.º, si de outros excessos, sobralheira o direito immanente da desapropriação, por necessidade ou utilidade pública, que o habilitaria a regular o serviço como entendesse conveniente. Manifesta exageração, para adreontar, é o prazo dos seis annos, que se diz necessário para que outro concorrente possa competir com a "SOCIÉTÉ DU GAZ".

Esta cidade tem visto obras de muito maior vulto, concluídas em tempo exíguo.

O privilegio da "SOCIÉTÉ" perdurará apenas por mais 36 annos; o pretendente não se contenta com menos de 60. E' o caso do remedio ser peor que o mal.

Nem se objecta que, nesse 60 annos, a concorrência é livre, porque singular liberdade será essa, deante do favorecido pretendente, occupante do solo com as novas canalizações. E, em pouco mais de metade desse tempo, a "SOCIÉTÉ" também estará sujeita a concorrência.

Respondendo, pois, negativamente ao questionado.

Varios meios se offerecem a "Société Anonyme" para pôr-se a salvo dos prejuizos que a ameacem. Assim pôde:

1.º) requerer manutenção na posse do seu direito sobre as vias publicas (solos e sub-solos) desta capital e subúrbios, compreendidas na área privilegiada, para os serviços que lhe foram reservados;

2.º) propor, perante o poder judicial, acção de nulidade dos actos, legislativos e governamentais, offensivos do privilegio;

3.º) embargar as obras, logo que concluídas sejam;

4.º) mover a acção de indemnização por perdas e danos contra a União e o concorrente, indevidamente favorecido.

Respondendo o exmo. sr. conselheiro CAMARAO DE OLIVEIRA:

"Negativamente. Não podem terceiros assentar, desde já, e conservar nas vias publicas da área da iluminação privilegiada, as canalizações conducentes a distribuição de energia electrica para a iluminação particular.

2.º) faltar o texto do contrato de 14 de setembro de 1899.

Nenhuma realiação a esse direito é imposta pelas partes contratantes.

3.º) Ao contrario, quando o "governo" reservasse o direito de autorizar, a título de ensaio, qualquer canalização indifferente a experiencias a que julgasse conveniente sujeitar outros processos, e, quando, definindo o privilegio, diz que esse não impede aos estabelecimentos publicos, os particulares e quaisquer empresas de se servirem, — por meio de apparelhos portatiles do gaz, e da luz electrica — teve o cuidado de acrescentar: — "para o qual não se faça necessaria a collocação de canalizações nas ruas e praças publicas".

4.º) Isto mostra o interesse que houve em se acceitar a extensão do privilegio, vedando-se o serviço de canalização, que poderia tornar-se uma fonte de perturbação do mesmo privilegio.

Em outros termos: *Acte 15 de setembro de 1910 não é licito o outro, que não a "SOCIÉTÉ DU GAZ", assentir, qualquer que seja o intuito, as canalizações.*

Os remedios judiciais são de duas especies. Ou destinam-se a corrigir o abuso praticado pelo Estado, ou tendem a garantir dos direitos ameaçados por terceiros.

No primeiro caso, além da indemnização de perdas e danos, decorrente da resposta reitor, cabe a acção definida no art. 13 da lei n.º 221, de 20 de novembro de 1894.

Contra os espoliadores devem ser empregados os interdictos "usuardios adequados" (citada lei, art. 13, paragrafo 16.º).

Respondendo o exmo. sr. conselheiro ARRAUJO FIGUEIRA:

"Não, seguramente: porque o privilegio assignado pelo contrato no artigo 1.º consiste substancialmente na iluminação por gaz corrente e electricidade, por meio de canalizações das ruas. Assim, não a iluminação, por si, constitue o privilegio, nem tão pouco as canalizações. Mas estas, como meios indifferentes para produzir aquella.

Qua, as canalizações requeridas por terceiros não se violam ulteriormente a substancia do privilegio, quanto ao meio privilegiado para produzir a iluminação, ainda tendem a supprir a livre concorrência futura para a renovação do contrato, creando preferencia pessoal e odiosa, e prejudicam aos direitos e suas extensões no contrato não em favor do Estado.

Além da discussão de seus bons direitos, por meio da imprensa, para instruir os espiritos atidos de ser votada a medida, caberia a "Société du Gaz" todos os recursos judiciais, possessórios, prohibitorios e dominicaes para defender e salvaguardar todos os seus direitos e interesses."

Respondendo o exmo. sr. dr. CLAVES BEVILAQUA:

"O contrato celebrado entre o governo federal e a "SOCIÉTÉ ANONYME DU GAZ DE RIO DE JANEIRO", assignado a esta:

a) "O privilegio para a iluminação desta capital, por gaz corrente e electricidade, dentro de certo espaço de tempo;

b) Ser consequencia desse privilegio o direito exclusivo para assentar e conservar, nas vias publicas da área da iluminação, as canalizações que forem necessarias a distribuição do gaz, para qualquer motor, e de energia electrica, para iluminação."

3.º, para a effectivação do privilegio exclusivo a iluminação, pouco ou nenhum a "SOCIÉTÉ DU GAZ" a direito exclusivo de assentar, nas vias publicas, as canalizações necessarias a distribuição do gaz, e da energia electrica, para iluminação, e assim foi pactuada, e é claro, indubitavel, que, na área a que se refere o contrato não pôde assentar canalizações semelhantes, competindo ao Estado o privilegio.

Pouco importa allegar-se em contrario, que não se trata de fornecer, desde já, energia electrica para iluminação, e sim, apenas, de estabelecer uma rede para a distribuição, que se effectuaria, quando, e como, o privilegio fosse exercido, egualmente, como se refere no contrato, no artigo 2.º, paragrafo 1.º.

4.º, para a effectivação do privilegio exclusivo a iluminação, pouco ou nenhum a "SOCIÉTÉ DU GAZ" a direito exclusivo de assentar, nas vias publicas, as canalizações necessarias a distribuição do gaz, e da energia electrica, para iluminação, e assim foi pactuada, e é claro, indubitavel, que, na área a que se refere o contrato não pôde assentar canalizações semelhantes, competindo ao Estado o privilegio.

5.º, para a effectivação do privilegio exclusivo a iluminação, pouco ou nenhum a "SOCIÉTÉ DU GAZ" a direito exclusivo de assentar, nas vias publicas, as canalizações necessarias a distribuição do gaz, e da energia electrica, para iluminação, e assim foi pactuada, e é claro, indubitavel, que, na área a que se refere o contrato não pôde assentar canalizações semelhantes, competindo ao Estado o privilegio.

6.º, para a effectivação do privilegio exclusivo a iluminação, pouco ou nenhum a "SOCIÉTÉ DU GAZ" a direito exclusivo de assentar, nas vias publicas, as canalizações necessarias a distribuição do gaz, e da energia electrica, para iluminação, e assim foi pactuada, e é claro, indubitavel, que, na área a que se refere o contrato não pôde assentar canalizações semelhantes, competindo ao Estado o privilegio.

7.º, para a effectivação do privilegio exclusivo a iluminação, pouco ou nenhum a "SOCIÉTÉ DU GAZ" a direito exclusivo de assentar, nas vias publicas, as canalizações necessarias a distribuição do gaz, e da energia electrica, para iluminação, e assim foi pactuada, e é claro, indubitavel, que, na área a que se refere o contrato não pôde assentar canalizações semelhantes, competindo ao Estado o privilegio.

8.º, para a effectivação do privilegio exclusivo a iluminação, pouco ou nenhum a "SOCIÉTÉ DU GAZ" a direito exclusivo de assentar, nas vias publicas, as canalizações necessarias a distribuição do gaz, e da energia electrica, para iluminação, e assim foi pactuada, e é claro, indubitavel, que, na área a que se refere o contrato não pôde assentar canalizações semelhantes, competindo ao Estado o privilegio.

9.º, para a effectivação do privilegio exclusivo a iluminação, pouco ou nenhum a "SOCIÉTÉ DU GAZ" a direito exclusivo de assentar, nas vias publicas, as canalizações necessarias a distribuição do gaz, e da energia electrica, para iluminação, e assim foi pactuada, e é claro, indubitavel, que, na área a que se refere o contrato não pôde assentar canalizações semelhantes, competindo ao Estado o privilegio.

nação por electricidade, por isso que as canalizações de outras empresas teriam menores perturbações a expansão da rede de distribuição de energia electrica da "SOCIÉTÉ", dentro do prazo de seu privilegio.

Antes de qualquer acto do governo, mas dada a concessão pelo Congresso, pôde a "SOCIÉTÉ", anuenciada em seu direito, requerer ao Poder Judiciario mandado de manutenção. Si o governo agir, no sentido de tornar effectiva a concessão, poderá a "SOCIÉTÉ", por acção para anular o acto do Executivo, contrario ao seu direito, haver a mesma e outra hypothese opportuna para o Judiciario se pronunciar sobre a materia em toda a sua amplitude.

Si as obras forem compadas, poderá executar-se.

Além disso, como já ficou affirmado, pôde pedir indemnização por perdas e danos."

Respondendo o exmo. sr. dr. INACIO DE SOUZA:

"O contrato firmado, a 14 de setembro de 1899, entre o governo da União e a "SOCIÉTÉ DU GAZ" confere a esta o privilegio para a iluminação da capital da Republica por gaz corrente e electricidade, obrigando-a a fazer esse serviço nos termos estabelecidos no contrato, e decidir que, em virtude desse privilegio, a contratante gozará do direito exclusivo para assentar e conservar nas vias publicas da área da iluminação as canalizações que forem necessarias a distribuição do gaz para qualquer motor e de energia electrica para iluminação. Esse contrato, cuja revisão foi autorizada pelo decreto n.º 7.759, de 15 de novembro de 1909, contém as seguintes condições:

1.º) "Nas condições seguintes, que muito interessam a solução dos questoes propostos, e estão entre as clausulas do aludido decreto, a que, para maior fidelidade da resposta, me refiro. — O privilegio não impõe que os estabelecimentos publicos ou particulares, ou quaisquer empresas, empreguem, por meios de apparelhos seus, o gaz, a luz electrica ou qualquer outro processo de iluminação, para o qual não se faça necessaria a collocação de canalizações nas ruas e praças publicas; não impede tambem que empreguem para seu uso exclusivo e individual a luz electrica produzida com motores a gaz e outros de sua propriedade, excluidos os que forem accionados por energia electrica.

2.º) "A partir de 15 de setembro de 1910, será inteiramente livre o fornecimento de energia electrica para iluminação particular, quer por terceiros, quer pela contratante, continuando esta, para tal fim e em regime livre, em propriedade e gozo das canalizações e apparelhos utilizados nesse serviço. V. — Uma vez estabelecida a canalização subterranea em qualquer zona, não será ali permittido a nenhuma outra empresa ou companhia dependente do governo o uso de canalizações areas. A contratante terá permittido assentar e manter, em pontos convenientes da cidade, officinas de transformação da corrente electrica, as quaes serão installadas nos logares e nas condições approvadas pela Inspectoria Geral e em que não embarcom o transito publico. A contratante será egualmente permittido construir e manter, no sub-solo das ruas e praças publicas, camaras subterraneas para o serviço electrico de que trata o contrato, ficando, nas suas dimensões e fórmas, dependentes da approvação da Inspectoria. O governo poderá alterar as plantas apresentadas pela contratante dentro de 60 dias. XII. — No caso de servirem de obstáculo a qualquer obra publica nas canalizações que se acharem collocadas, a contratante deverá removelas e assentá-las onde lhe for determinado. Deverá tambem remover as canalizações que se acharem em terrenos de propriedade particular, quando sobre elles se tiver de edificar. XXXII. — As despesas de canalizações subterraneas entre os estabelecimentos gueres e as entradas dos predios correto por conta da contratante, ficando os demais serviços a cargo dos interessados, mas devendo as canalizações, de os melhores, e o assentamento desses ser feito exclusivamente pela contratante, mediante preços, approvados pelo governo.

Outras clausulas impõem diversos onus a contratante."

Trata-se de um contrato sinagmatico, que comprehendem, em um todo, o privilegio para o serviço de iluminação e a canalização accessoria. A jurisprudencia franceza tem considerado indissociavel o contrato desta natureza, não se podendo separar o serviço propriamente das obras de canalizações, indispensaveis a execução do serviço, porque ha entre as diferentes clausulas do contrato uma coesão e indissociabilidade que as absorvem. Vejamos: *Traité des Travaux Publics*, vol. I, os casos citados por CHRISTOPHE, pag. 47.

E' o que naturalmente decorre do contrato que tenho presente, em que o direito exclusivo ao assentamento das canalizações e expressamente declarado como virtutalmente offendo do privilegio para a iluminação. Por outro lado, o direito de assentar egualdades, de construir e manter camaras subterraneas, e a obrigação de renovar e assentar de novo as canalizações em logares designados pelo governo, acham-se de tal modo ligados ao serviço contratado, que não se pode separar os logares logicamente, porque a canalização e um meio necessario de canalizar o fim que se tem em vista, a iluminação.

3.º) Mas o concessionario de obras e serviços publicos goza de poder possessorio sobre a parte do dominio publico que está autorizado a occupar; a concessão lhe confere um poder juridico sobre a coisa publica, e a qual elle tem posse plena e exclusiva (OTTO MEYER, *Dr. Adm. Alem.*, vol. I, pagina 144, par. 39). A nossa jurisprudencia sanciona este principio, de modo indubitavel. A posse, porém, não recae sobre o privilegio para o serviço de iluminação ou para a iluminação, mas sobre o direito de assentamento das canalizações, e assim foi pactuada, e é claro, indubitavel, que, na área a que se refere o contrato não pôde assentar canalizações semelhantes, competindo ao Estado o privilegio.

4.º) Mas o concessionario de obras e serviços publicos goza de poder possessorio sobre a parte do dominio publico que está autorizado a occupar; a concessão lhe confere um poder juridico sobre a coisa publica, e a qual elle tem posse plena e exclusiva (OTTO MEYER, *Dr. Adm. Alem.*, vol. I, pagina 144, par. 39). A nossa jurisprudencia sanciona este principio, de modo indubitavel. A posse, porém, não recae sobre o privilegio para o serviço de iluminação ou para a iluminação, mas sobre o direito de assentamento das canalizações, e assim foi pactuada, e é claro, indubitavel, que, na área a que se refere o contrato não pôde assentar canalizações semelhantes, competindo ao Estado o privilegio.

5.º) Mas o concessionario de obras e serviços publicos goza de poder possessorio sobre a parte do dominio publico que está autorizado a occupar; a concessão lhe confere um poder juridico sobre a coisa publica, e a qual elle tem posse plena e exclusiva (OTTO MEYER, *Dr. Adm. Alem.*, vol. I, pagina 144, par. 39). A nossa jurisprudencia sanciona este principio, de modo indubitavel. A posse, porém, não recae sobre o privilegio para o serviço de iluminação ou para a iluminação, mas sobre o direito de assentamento das canalizações, e assim foi pactuada, e é claro, indubitavel, que, na área a que se refere o contrato não pôde assentar canalizações semelhantes, competindo ao Estado o privilegio.

6.º) Mas o concessionario de obras e serviços publicos goza de poder possessorio sobre a parte do dominio publico que está autorizado a occupar; a concessão lhe confere um poder juridico sobre a coisa publica, e a qual elle tem posse plena e exclusiva (OTTO MEYER, *Dr. Adm. Alem.*, vol. I, pagina 144, par. 39). A nossa jurisprudencia sanciona este principio, de modo indubitavel. A posse, porém, não recae sobre o privilegio para o serviço de iluminação ou para a iluminação, mas sobre o direito de assentamento das canalizações, e assim foi pactuada, e é claro, indubitavel, que, na área a que se refere o contrato não pôde assentar canalizações semelhantes, competindo ao Estado o privilegio.

7.º) Mas o concessionario de obras e serviços publicos goza de poder possessorio sobre a parte do dominio publico que está autorizado a occupar; a concessão lhe confere um poder juridico sobre a coisa publica, e a qual elle tem posse plena e exclusiva (OTTO MEYER, *Dr. Adm. Alem.*, vol. I, pagina 144, par. 39). A nossa jurisprudencia sanciona este principio, de modo indubitavel. A posse, porém, não recae sobre o privilegio para o serviço de iluminação ou para a iluminação, mas sobre o direito de assentamento das canalizações, e assim foi pactuada, e é claro, indubitavel, que, na área a que se refere o contrato não pôde assentar canalizações semelhantes, competindo ao Estado o privilegio.

8.º) Mas o concessionario de obras e serviços publicos goza de poder possessorio sobre a parte do dominio publico que está autorizado a occupar; a concessão lhe confere um poder juridico sobre a coisa publica, e a qual elle tem posse plena e exclusiva (OTTO MEYER, *Dr. Adm. Alem.*, vol. I, pagina 144, par. 39). A nossa jurisprudencia sanciona este principio, de modo indubitavel. A posse, porém, não recae sobre o privilegio para o serviço de iluminação ou para a iluminação, mas sobre o direito de assentamento das canalizações, e assim foi pactuada, e é claro, indubitavel, que, na área a que se refere o contrato não pôde assentar canalizações semelhantes, competindo ao Estado o privilegio.

9.º) Mas o concessionario de obras e serviços publicos goza de poder possessorio sobre a parte do dominio publico que está autorizado a occupar; a concessão lhe confere um poder juridico sobre a coisa publica, e a qual elle tem posse plena e exclusiva (OTTO MEYER, *Dr. Adm. Alem.*, vol. I, pagina 144, par. 39). A nossa jurisprudencia sanciona este principio, de modo indubitavel. A posse, porém, não recae sobre o privilegio para o serviço de iluminação ou para a iluminação, mas sobre o direito de assentamento das canalizações, e assim foi pactuada, e é claro, indubitavel, que, na área a que se refere o contrato não pôde assentar canalizações semelhantes, competindo ao Estado o privilegio.

10.º) Mas o concessionario de obras e serviços publicos goza de poder possessorio sobre a parte do dominio publico que está autorizado a occupar; a concessão lhe confere um poder juridico sobre a coisa publica, e a qual elle tem posse plena e exclusiva (OTTO MEYER, *Dr. Adm. Alem.*, vol. I, pagina 144, par. 39). A nossa jurisprudencia sanciona este principio, de modo indubitavel. A posse, porém, não recae sobre o privilegio para o serviço de iluminação ou para a iluminação, mas sobre o direito de assentamento das canalizações, e assim foi pactuada, e é claro, indubitavel, que, na área a que se refere o contrato não pôde assentar canalizações semelhantes, competindo ao Estado o privilegio.

11.º) Mas o concessionario de obras e serviços publicos goza de poder possessorio sobre a parte do dominio publico que está autorizado a occupar; a concessão lhe confere um poder juridico sobre a coisa publica, e a qual elle tem posse plena e exclusiva (OTTO MEYER, *Dr. Adm. Alem.*, vol. I, pagina 144, par. 39). A nossa jurisprudencia sanciona este principio, de modo indubitavel. A posse, porém, não recae sobre o privilegio para o serviço de iluminação ou para a iluminação, mas sobre o direito de assentamento das canalizações, e assim foi pactuada, e é claro, indubitavel, que, na área a que se refere o contrato não pôde assentar canalizações semelhantes, competindo ao Estado o privilegio.

12.º) Mas o concessionario de obras e serviços publicos goza de poder possessorio sobre a parte do dominio publico que está autorizado a occupar; a concessão lhe confere um poder juridico sobre a coisa publica, e a qual elle tem posse plena e exclusiva (OTTO MEYER, *Dr. Adm. Alem.*, vol. I, pagina 144, par. 39). A nossa jurisprudencia sanciona este principio, de modo indubitavel. A posse, porém, não recae sobre o privilegio para o serviço de iluminação ou para a iluminação, mas sobre o direito de assentamento das canalizações, e assim foi pactuada, e é claro, indubitavel, que, na área a que se refere o contrato não pôde assentar canalizações semelhantes, competindo ao Estado o privilegio.

13.º) Mas o concessionario de obras e serviços publicos goza de poder possessorio sobre a parte do dominio publico que está autorizado a occupar; a concessão lhe confere um poder juridico sobre a coisa publica, e a qual elle tem posse plena e exclusiva (OTTO MEYER, *Dr. Adm. Alem.*, vol. I, pagina 144, par. 39). A nossa jurisprudencia sanciona este principio, de modo indubitavel. A posse, porém, não recae sobre o privilegio para o serviço de iluminação ou para a iluminação, mas sobre o direito de assentamento das canalizações, e assim foi pactuada, e é claro, indubitavel, que, na área a que se refere o contrato não pôde assentar canalizações semelhantes, competindo ao Estado o privilegio.

14.º) Mas o concessionario de obras e serviços publicos goza de poder possessorio sobre a parte do dominio publico que está autorizado a occupar; a concessão lhe confere um poder juridico sobre a coisa publica, e a qual elle tem posse plena e exclusiva (OTTO MEYER, *Dr. Adm. Alem.*, vol. I, pagina 144, par. 39). A nossa jurisprudencia sanciona este principio, de modo indubitavel. A posse, porém, não recae sobre o privilegio para o serviço de iluminação ou para a iluminação, mas sobre o direito de assentamento das canalizações, e assim foi pactuada, e é claro, indubitavel, que, na área a que se refere o contrato não pôde assentar canalizações semelhantes, competindo ao Estado o privilegio.

15.º) Mas o concessionario de obras e serviços publicos goza de poder possessorio sobre a parte do dominio publico que está autorizado a occupar; a concessão lhe confere um poder juridico sobre a coisa publica, e a qual elle tem posse plena e exclusiva (OTTO MEYER, *Dr. Adm. Alem.*, vol. I, pagina 144, par. 39). A nossa jurisprudencia sanciona este principio, de modo indubitavel. A posse, porém, não recae sobre o privilegio para o serviço de iluminação ou para a iluminação, mas sobre o direito de assentamento das canalizações, e assim foi pactuada, e é claro, indubitavel, que, na área a que se refere o contrato não pôde assentar canalizações semelhantes, competindo ao Estado o privilegio.

16.º) Mas o concessionario de obras e serviços publicos goza de poder possessorio sobre a parte do dominio publico que está autorizado a occupar; a concessão lhe confere um poder juridico sobre a coisa publica, e a qual elle tem posse plena e exclusiva (OTTO MEYER, *Dr. Adm. Alem.*, vol. I, pagina 144, par. 39). A nossa jurisprudencia sanciona este principio, de modo indubitavel. A posse, porém, não recae sobre o privilegio para o serviço de iluminação ou para a iluminação, mas sobre o direito de assentamento das canalizações, e assim foi pactuada, e é claro, indubitavel, que, na área a que se refere o contrato não pôde assentar canalizações semelhantes, competindo ao Estado o privilegio.

17.º) Mas o concessionario de obras e serviços publicos goza de poder possessorio sobre a parte do dominio publico que está autorizado a occupar; a concessão lhe confere um poder juridico sobre a coisa publica, e a qual elle tem posse plena e exclusiva (OTTO MEYER, *Dr. Adm. Alem.*, vol. I, pagina 144, par. 39). A nossa jurisprudencia sanciona este principio, de modo indubitavel. A posse, porém, não recae sobre o privilegio para o serviço de iluminação ou para a iluminação, mas sobre o direito de assentamento das canalizações, e assim foi pactuada, e é claro, indubitavel, que, na área a que se refere o contrato não pôde assentar canalizações semelhantes, competindo ao Estado o privilegio.

18.º) Mas o concessionario de obras e serviços publicos goza de poder possessorio sobre a parte do dominio publico que está autorizado a occupar; a concessão lhe confere um poder juridico sobre a coisa publica, e a qual elle tem posse plena e exclusiva (OTTO MEYER, *Dr. Adm. Alem.*, vol. I, pagina 144, par. 39). A nossa jurisprudencia sanciona este principio, de modo indubitavel. A posse, porém, não recae sobre o privilegio para o serviço de iluminação ou para a iluminação, mas sobre o direito de assentamento das canalizações, e assim foi pactuada, e é claro, indubitavel, que, na área a que se refere o contrato não pôde assentar canalizações semelhantes, competindo ao Estado o privilegio.

19.º) Mas o concessionario de obras e serviços publicos goza de poder possessorio sobre a parte do dominio publico que está autorizado a occupar; a concessão lhe confere um poder juridico sobre a coisa publica, e a qual elle tem posse plena e exclusiva (OTTO MEYER, *Dr. Adm. Alem.*, vol. I, pagina 144, par. 39). A nossa jurisprudencia sanciona este principio, de modo indubitavel. A posse, porém, não recae sobre o privilegio para o serviço de iluminação ou para a iluminação, mas sobre o direito de assentamento das canalizações, e assim foi pactuada, e é claro, indubitavel, que, na área a que se refere o contrato não pôde assentar canalizações semelhantes, competindo ao Estado o privilegio.

20.º) Mas o concessionario de obras e serviços publicos goza de poder possessorio sobre a parte do dominio publico que está autorizado a occupar; a concessão lhe confere um poder juridico sobre a coisa publica, e a qual elle tem posse plena e exclusiva (OTTO MEYER, *Dr. Adm. Alem.*, vol. I, pagina 144, par. 39). A nossa jurisprudencia sanciona este principio, de modo indubitavel. A posse, porém, não recae sobre o privilegio para o serviço de iluminação ou para a iluminação, mas sobre o direito de assentamento das canalizações, e assim foi pactuada, e é claro, indubitavel, que, na área a que se refere o contrato não pôde assentar canalizações semelhantes, competindo ao Estado o privilegio.

21.º) Mas o concessionario de obras e serviços publicos goza de poder possessorio sobre a parte do dominio publico que está autorizado a occupar; a concessão lhe confere um poder juridico sobre a coisa publica, e a qual elle tem posse plena e exclusiva (OTTO MEYER, *Dr. Adm. Alem.*, vol. I, pagina 144, par. 39). A nossa jurisprudencia sanciona este principio, de modo indubitavel. A posse, porém, não recae sobre o privilegio para o serviço de iluminação ou para a iluminação, mas sobre o direito de assentamento das canalizações, e assim foi pactuada, e é claro, indubitavel, que, na área a que se refere o contrato não pôde assentar canalizações semelhantes, competindo ao Estado o privilegio.

22.º) Mas o concessionario de obras e serviços publicos goza de poder possessorio sobre a parte do dominio publico que está autorizado a occupar; a concessão lhe confere um poder juridico sobre a coisa publica, e a qual elle tem posse plena e exclusiva (OTTO MEYER, *Dr. Adm. Alem.*, vol. I, pagina 144, par. 39). A nossa jurisprudencia sanciona este principio, de modo indubitavel. A posse, porém, não recae sobre o privilegio para o serviço de iluminação ou para a iluminação, mas sobre o direito de assentamento das canalizações, e assim foi pactuada, e é claro, indubitavel, que, na área a que se refere o contrato não pôde assentar canalizações semelhantes, competindo ao Estado o privilegio.

23.º) Mas o concessionario de obras e serviços publicos goza de poder possessorio sobre a parte do dominio publico que está autorizado a occupar; a concessão lhe confere um poder juridico sobre a coisa publica, e a qual elle tem posse plena e exclusiva (OTTO MEYER, *Dr. Adm. Alem.*, vol. I, pagina 144, par. 39). A nossa jurisprudencia sanciona este principio, de modo indubitavel. A posse, porém, não recae sobre o privilegio para o serviço de iluminação ou para a iluminação, mas sobre o direito de assentamento das canalizações, e assim foi pactuada, e é claro, indubitavel, que, na área a que se refere o contrato não pôde assentar canalizações semelhantes, competindo ao Estado o privilegio.

24.º) Mas o concessionario de obras e serviços publicos goza de poder possessorio sobre a parte do dominio publico que está autorizado a occupar; a concessão lhe confere um poder juridico sobre a coisa publica, e a qual elle tem posse plena e exclusiva (OTTO MEYER, *Dr. Adm. Alem.*, vol. I, pagina 144, par. 39). A nossa jurisprudencia sanciona este principio, de modo indubitavel. A posse, porém, não recae sobre o privilegio para o serviço de iluminação ou para a iluminação, mas sobre o direito de assentamento das canalizações, e assim foi pactuada, e é claro, indubitavel, que, na área a que se refere o contrato não pôde assentar canalizações semelhantes, competindo ao Estado o privilegio.

25.º) Mas o concessionario de obras e serviços publicos goza de poder possessorio sobre a parte do dominio publico que está autorizado a occupar; a concessão lhe confere um poder juridico sobre a coisa publica, e a qual elle tem posse plena e exclusiva (OTTO MEYER, *Dr. Adm. Alem.*, vol. I, pagina 144, par. 39). A nossa jurisprudencia sanciona este principio, de modo indubitavel. A posse, porém, não recae sobre o privilegio para o serviço de iluminação ou para a iluminação, mas sobre o direito de assentamento das canalizações, e assim foi pactuada, e é claro, indubitavel, que, na área a que se refere o contrato não pôde assentar canalizações semelhantes, competindo ao Estado o privilegio.

26.º) Mas o concessionario de obras e serviços publicos goza de poder possessorio sobre a parte do dominio publico que está autorizado a occupar; a concessão lhe confere um poder juridico sobre a coisa publica, e a qual elle tem posse plena e exclusiva (OTTO MEYER, *Dr. Adm. Alem.*, vol. I, pagina 144, par. 39). A nossa jurisprudencia sanciona este principio, de modo indubitavel. A posse, porém, não recae sobre o privilegio para o serviço de iluminação ou para a iluminação, mas sobre o direito de assentamento das canalizações, e assim foi pactuada, e é claro, indubitavel, que, na área a que se refere o contrato não pôde assentar canalizações semelhantes, competindo ao Estado o privilegio.

causa damno, nem mesmo sob o fundamento de proporcionar uma vantagem ao proprietario, pois, cada um é arbitro do que lhe parece. *Suorum rerum usus est arbitrium.*

Ha turbulação da posse sempre que um facto material, directo ou indirectamente, pelas suas consequencias, offende a posse de outrem, causando-lhe a lesão ou deterioração mais ou menos apreciavel (Cód. Civ. portuguez, artigo 2.302; Cód. do Proc. Civ. port., art. 496). Desde que o acto offende a posse ou levante uma pretensão, já por si constitua turbulação (MAGALHÃES, *Manual das Acções Poss.*, par. 117, usque 125). Nas acções de manutenção o autor não precisa provar o prejuizo, basta que prove a posse, a lesão do direito (acto contra a vontade de possuído), e a continuação da posse, embora turbada (SAVIGNY, *Poss. en droit romain*, pag. 380), e mesmo quando o turbador se defende, allegando que não fez obra nociva ao autor, é obrigado a consentir que o autor desmanche a obra a sua custa (CORREA TELLES, *Doctrina das Acções*, ed. de Teixeira de Freitas, nota 434). Os danos a verificar ou verificados dependem de investigação posterior. Negar a proteção possessoria, por não estar preliminarmente verificado o prejuizo material seria deixar ao desamparo a propriedade. As bem conhecidas acções de damno infecto teriam desaparecido do quadro do processo civil, e a plenitude do direito de propriedade seria uma burla.

A vista do que fica exposto, respondendo:

"Não, segundo os principios juridicos applicaveis a especie e o cuncto da propriedade e da posse, combinados com os termos expressos do contrato da concessão, feita a "SOCIÉTÉ DU GAZ", terceiros não podem assentar, desde já, e conservar nas vias publicas da área da iluminação, canalizações destinadas a iluminação publica por particular."

A "SOCIÉTÉ DU GAZ" pôde requerer manutenção de posse contra a turbulação exercida pelo governo ou por qualquer outro turbador, demonstrando a nulidade do acto ou da lei, que porventura o Congresso votasse. Poderá tambem usar do embargo de obra nova ou requerer caução de damno infecto."

Respondendo o exmo. sr. dr. ALFREDO PINTO:

"A clausula primeira do contrato, firmado entre a Société Anonyme du Gaz de Rio de Janeiro e o governo federal, em 14 de setembro de 1899, confere a sociedade contratante:

a) privilegio para a iluminação desta capital por gaz corrente e electricidade;

b) direito exclusivo para assentar e conservar nas vias publicas da área da iluminação, as canalizações que forem necessarias a distribuição do gaz para qualquer motor e de energia electrica para iluminação.

A unica restrição é a seguinte: "O privilegio concedido não impedirá que os estabelecimentos publicos, os particulares e quaisquer empresas empreguem, por meios de apparelhos portatiles, o gaz, a luz electrica ou qualquer outro processo de iluminação, para o qual não se faça necessaria a collocação de canalizações nas ruas e praças publicas; não impede tambem que empreguem para seu uso exclusivo e individual a luz electrica produzida com motores a gaz e outros de sua propriedade, excluidos os que forem accionados por energia electrica, uma vez que a luz, produzida por esses motores, não se distribua além do estabelecimento em que elles funcionam."

As concessões de privilegios exclusivos a empresa particular para distribuição e exploração de luz, luz, viação ferrea, energia electrica, e outros serviços industriais, não verdadeiros contratos, entre os concessionarios e a administração publica, e, portanto, subordinados ás normas juridicas que regem os actos contractaes.

A "Société du Gaz" e o governo federal, firmando um contrato dessa natureza, delle resultaram e resultam obrigações reciprocas, que não podem ser violadas sem penas correlatas.

Concedendo o privilegio para a iluminação — é logico que não seria possivel admitti-lo sem o direito exclusivo outorgado a concessionaria para assentar e conservar nas vias publicas da área da iluminação as diversas canalizações destinadas ao gaz e a energia electrica.

O privilegio de iluminação é o todo.

a canalização, isto é, a passagem da corrente electrica applicada ao uso industrial do privilegio, uma condição para o seu exercicio, um elemento essencial ao seu objecto.

Não é racional queucar os elos do contrato e interpretar singularmente as suas clausulas.

"Quelles garanties que soient les termes dans lesquels une convention est conclue, elle ne comprend que les choses sur lesquelles il parait que les parties se sont proposées de contracter." (Pothier, *Oblig.* n.º 9).

O direito exclusivo para assentar e conservar as canalizações nas vias publicas é equivalente, na expressão da moderna jurisprudencia italiana, a proposito da lei de 7 de junho de 1891, a uma servidão real em favor da concessionaria e que grava temporariamente o dominio publico. (U. Piola, *Direito Indust.*, pag. 313).

Essa servidão não pôde ser turbada na vigencia do contrato; e qualquer outro facto que altere tal situação juridica, constitue uma manifestação lesão do direito patrimonial da contratante.

PULMONI
REGISTRADO

O eminente dr. Manuel Victorino, ex-vice presidente da Republica
Attesto, que, em varios casos de minha clinica, tenho empregado o *Palmito*, do dr. Mendes Tavares, para combater as bronchites chronicas, affecções turpculosas, etc., e obtido resultados surpreendentes.

O exmo. sr. dr. chefe de polícia da Capital Federal.

O distinto magistrado que actualmente com tanta dignidade e acerto a testa da chefia de polícia da Capital Federal, ao receber suas sazes veniu a cá, em pessoa de sua casa, a amillar a extraordinaria efficacia do prelo do *Diurnal* em casos de tassa rebelde acompanhada de febre, o que nos agra-

MARTINS MALHEIRO & C. Rua de Alfama, 11

Monte Soccorro
Ferreira-99 as casinhas das 9-200 e 21-500.

APROVEITEM

Paletot e calça de diagonal preto
16\$000

Uma calça de sarja preta ou azul.

11\$000

Setembro, 192

Socio

Precisa-se de um com pequeno capital, para tomar conta de uma officina de serralheiro ferreiro. Esta officina tem muita freguezia e dá muito resultado. Informa-se na rua Senado, numero n. 118, hoteoim

don

Malos ESPECTACULOS

exmas familiar

memória da lei da libertação
NATO FEMININO DE LUTA OM:NA
pela primeira vez em toda América

cinematographicos de grande

A PARTE
destricito, até à boca da scena a "troupe"
chinesa e vestida a caracter, executarã o so
repertorio.

LA PARTE
(em ponto)

mpoonato até ás 11 1/2

I JE A' NOITE:

SOIRÉE
FISCHER contra NELSON
PHILIPPI contra HIKSON
MORGAD contra SCHUWALOW

ços

Cadeiras de 1.....	45000
Cadeiras de 2.....	35000
Galari nobres.....	35000
.....	850 0

Telephone 1.816

Directoria de J. A. PAPKE
Operetas e operas com cast
ER - DIRECCAO A. J. PAPKE
REPERTORIO ARTISTICO
Primeras damas: HELENE MERVI LA
MIA WUBER - Director de escena FIAN
RACH - Directores de Orquesta CANO
Orchestra de Camara de Sao Paulo
Theatro Imperial de Viena - Orchestre
CARLOS HORTZEL, del Central Theater o
Berlin.
Primer tenor, Erich Deutsch Hagen -
Primer tenor bajo, Fernando Hagin - Prime
rito, Milvo Huzel - Caracteristicos, P
Pitich - Primeras s-breta, Hugi Martini
W. - Segundo tenor, Carlos Surales, E
Werder - Wreschinski e Dora Giesen Ho
- Bajo, Giesen Huss - Baritone, Josep
Schultz - Bajo comico, Ad Alsai -
Primeros contraltos, Maria Janson, E
Janson - Segundos roles, Maria Schi
Krieth Lorang e George Wucherpfennig
Primer Violin, Alberto Harnischy - A
plano, Maria Emma Kralje.
Orquesta de 35 profesores e 30 Corista
na Brasil Express Messagers a Avenid
com o sr. Paul Engelmann, sob as co
ntinadas 2105 - Camarotes de 1.ª ordem co
m 5 entradas 1500 - 2.ª deitadas de 1.400
A estreia da companhia tera lugar mo

Grande Cinematographo Parisienne

Das dos mais afamados fabricantes
A. STAMILLE & C.
e completamente nov. - HOJE
nas atividades
da fábrica do universo
parte o grandioso labor de arte da A. S.
na cena histórica dramática dos tempos
e luxuosa encenação
Esta fita dá-nos em bellos scenarios um
dos usos e costumes,
o melhor trabalho da importante fabrica H
a maior trágica da vida realista. Sentimental
crescendo das emoções, até o epílogo em
a mais sensatíssima passagem extra-comica, cu
desapontante, mostrando-nos o prejuizo q
A PAIRIE
FABRIL
da conceituada fabrica Le Film d'Art,
que até hoje edita s.Optimas photographias.
Impressionante são fidalgamente in
a comedia Française, Heugheba
Saint Martin's, tragica, em Vesta
rel - Mais uma scenica comica da fabrica
rel dos actores comica e querido e se
representa nas matinees mais a encan
uma fiençança.

Theatro S. José

Empresa — PASCHOAL SEGRETO (Tou
nêe de l'Amérique du Sud. Telephon
995, — 3, Praça Tiradentes 3.)

HOJE A s 8 3/4 da noite HOJE

Grandioso espetáculo de gala, em
comemoração à

Aurea Lei da Abolição

5 Importantes estréas

Joe Welling and Partner
Melange a

Les Tefanos
Sarende andaluzs

Millé, Lucette Delver
Chanteuse goumeu

Millé, Monginette
Chanteuse goumeu

La Morenita
Complietista e dansarios hespanho

Exito de toda a troupe

PALACE THEATRE

PALACE THEATRE
Director J. Caytesson — Grande Companhia Italiana d
Oporeta E VITALB

HOJE= Sexta-feira, 13 de maio de 1910- HOJE
2 grandiosos espectáculos em commemo- **2**
ração da 1ª Lei Aurea da Abolição
A's 3 horas da tarde **A's 8 horas da tarde**
EXTRAORDINARIA MATINÉE
Com a esplendida opereta em 3 actos, de **Beis Jenbach**

LA DANZATRICE SCALZA
Musica do maestro **F. ALBIN** **A's 8 e 3/4 da noite** **A's 8 3/4 da no**
Novidade! **Novidade!** **Novidade!**
2ª representação da maravilhosa opereta em 3 actos, Leo Stein e Carl Lind
SANGUE DE ARTISTA
Musica do maestro **E. EYSLER** — Nota para o Rio de Janeiro
Os bilhetes acham-se a venda na bilheteria do theatro.
Amanha, sabbado — Sangue de Artista
Exumbram 15 de maio de 1910